

SUMÁRIO

CF – CONSTITUIÇÃO FEDERAL

– Índice Sistemático da CF.....	13
– Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	17
– Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	84

CLT – CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

– Índice Sistemático da CLT.....	109
– Consolidação das Leis do Trabalho	115

CC – CÓDIGO CIVIL (EXCERTOS)

– Código Civil	309
----------------------	-----

CPC – CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

– Índice Sistemático do CPC de 2015	335
– Código de Processo Civil de 2015	345

CP – CÓDIGO PENAL (EXCERTOS)

– Código Penal.....	451
---------------------	-----

CPP – CÓDIGO DE PROCESSO PENAL (EXCERTOS)

– Código de Processo Penal	457
----------------------------------	-----

CDC – CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

– Código de Defesa do Consumidor	461
--	-----

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

– Índice Cronológico da Legislação Complementar.....	475
– Legislação Complementar	489

REGIMENTO INTERNO – TST

– Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho – TST	1325
--	------

SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES EM MATÉRIA TRABALHISTA

– Índice das Súmulas dos Tribunais Superiores em Matéria Trabalhista	1363
– Súmulas Vinculantes do STF.....	1365
– Súmulas do STF em Matéria Trabalhista	1367
– Súmulas do STJ em Matéria Trabalhista	1370
– Súmulas do TST	1373
– Orientações Jurisprudenciais do TST	
– Tribunal Pleno	1411
– SBDI-1	1412
– SBDI-1 – Transitória.....	1441
– SBDI-2.....	1447
– SDC.....	1462
– Precedentes Normativos do TST.....	1464

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO GERAL – CLT • CF • CPC/2015 • CC • CP • CPP • CDC • SÚMULAS • OJS • PNS • LEGISLAÇÃO.....	1471
---	------

ÍNDICE CRONOLÓGICO DA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR – CONSULTA RÁPIDA.....	1579
--	------

ÍNDICE CRONOLÓGICO DA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

ATOS

Ato TST nº 491, de 23 de setembro de 2014 – Aplicação da Lei nº 13.015/2014.....

957

Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 16 de outubro de 2019 – Dispõe sobre o uso do seguro garantia judicial e fiança bancária em substituição a depósito recursal e para garantia da execução trabalhista.....

1069

Ato SEGJUD.GP Nº 414, de 12 de julho de 2023 - Divulga os novos valores referentes aos limites de depósito recursal previstos no artigo 899 da CLT...

1322

DECRETOS

Decreto nº 80.281, de 5 de setembro de 1977 – Regulamenta a Residência Médica, cria a Comissão Nacional de Residência Médica e dá outras providências.....

537

Decreto nº 85.845, de 26 de março de 1981 – Regulamenta a Lei nº 6.858, de 24 de novembro de 1980, que dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares.....

534

• Lei regulamentada: Lei 6.858/1980

Decreto nº 92.530, de 9 de abril de 1986 – Regulamenta a Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, que dispõe sobre a especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a profissão de Técnico de Segurança do Trabalho e dá outras providências.....

548

• Lei regulamentada: Lei 7.410/1985

Decreto nº 92.790, de 17 de junho de 1986 – Regulamenta a Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, que regula o exercício da profissão de Técnico em Radiologia e dá outras providências.....

546

• Lei regulamentada: Lei 7.394/1985

Decreto nº 94.406, de 8 de junho de 1987 – Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências.....

553

• Lei regulamentada: Lei 7.498/1986

Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990 – Consolida as normas regulamentares do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).....

584

Decreto nº 1.480, de 3 de maio de 1995 – Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em casos de paralisações dos serviços públicos federais, enquanto não regulado o disposto no art. 37, inciso VII, da Constituição.....

663

Decreto nº 2.067, de 12 de novembro de 1996 – Promulga o Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa.....

686

Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999 – Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.....

715

Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 (Excertos) – Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.....

563

• Lei regulamentada: Lei 7.853/1989

Decreto nº 3.914, de 11 de setembro de 2001 – Dispõe sobre a regulamentação das contribuições sociais instituídas pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001	809	lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências	1044
Decreto nº 4.552, de 27 de dezembro de 2002 – Aprova o Regulamento da Inspeção do Trabalho.	811	Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019 – Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho – OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil.....	1075
Decreto nº 4.840, de 17 de setembro de 2003 – Regulamenta a Medida Provisória nº 130, de 17 de setembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências	826	Decreto nº 10.671, de 9 de abril de 2021 – Promulga o texto da Convenção sobre Trabalho Marítimo – CTM, 2006, firmado em Genebra, em 7 de fevereiro de 2006	1150
Decreto nº 5.113, de 22 de junho de 2004 – Regulamenta o art. 20, inciso XVI, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e dá outras providências.....	591	Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021 – Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais e o Prêmio Nacional Trabalhista, e altera o Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018	1256
Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008 – Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências.....	910	DECRETOS-LEI	
Decreto nº 8.424, de 31 de março de 2015 – Regulamenta a Lei 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente	820	Decreto-lei nº 8.778, de 22 de janeiro de 1946 – Regula os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Parteiras Práticas	552
• Lei regulamentada: Lei 10.779/2003.		• Lei regulamentada: Lei 7.498/1986	
Decreto nº 8.426, de 1º de abril de 2015 – Restabelece as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa das referidas contribuições.....	958	Decreto-lei nº 368, de 19 de dezembro de 1968 – Dispõe sobre efeitos de débitos salariais e dá outras providências	511
Decreto nº 8.433, de 16 de abril de 2015 – Dispõe sobre a regulamentação dos art. 9º a art. 12, art. 17 e art. 22 da Lei 13.103, de 2 de março de 2015....	961	Decreto-lei nº 691, de 18 de julho de 1969 – Dispõe sobre a não aplicação, aos contratos de técnicos estrangeiros, com estipulação de pagamento de salários em moeda estrangeira, de diversas disposições da legislação trabalhista, e dá outras providências	511
Decreto nº 8.989, de 14 de fevereiro de 2017 – Altera o Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, que aprova o Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para dispor sobre normas regulamentares do saque da conta vinculada do referido Fundo.....	1008	Decreto-lei nº 779, de 21 de agosto de 1969 – Dispõe sobre a aplicação de normas processuais trabalhistas à União Federal, aos Estados, Municípios, Distrito Federal e Autarquias ou Fundações de direito público que não explorem atividade econômica	512
Decreto nº 9.499, de 10 de setembro de 2018 – Promulga o Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário, aprovado pela Decisão CMC 25/03, do Conselho Mercado Comum, firmada na XXV Reunião de Cúpula do Mercosul, em Montevideu, em 15 de dezembro de 2003.....	1042	INSTRUÇÕES NORMATIVAS	
Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018 – Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do		Instrução Normativa nº 3, de 5 de março de 1993 – Interpreta o art. 8º da Lei nº 8.542, de 23/12/92 (DOU de 24/12/1992), que trata do depósito para recurso nas ações na Justiça do Trabalho e a Lei nº 12.275, de 29 de junho de 2010, que altera a redação do inciso I do § 5º do art. 897 e acresce o § 7º ao art. 899, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943	643

Instrução Normativa TST nº 8, de 22 de agosto de 1996 – Uniformiza a interpretação das normas legais aplicáveis às eleições para os cargos de direção e de substituição dos Tribunais do Trabalho.....	681	2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial.....	902
Instrução Normativa TST nº 10, de 20 de março de 1997 – Uniformiza procedimentos a serem adotados relativamente às contribuições previdenciárias dos representantes classistas.....	690	Instrução Normativa nº 31, de 27 de setembro de 2007 – Regulamenta a forma de realização do depósito prévio em ação rescisória de que trata o art. 836 da CLT, com redação dada pela Lei nº 11.495, de 22 de junho de 2007.....	905
Instrução Normativa nº 12, de 12 de junho de 1997 – Estabelece procedimentos para a habilitação e o provimento de cargos da magistratura classista temporária de 1ª e 2ª instâncias da Justiça do Trabalho e dá outras providências.....	690	Instrução Normativa nº 32, de 19 de dezembro de 2007 – Uniformiza procedimentos para a expedição de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor no âmbito da Justiça do Trabalho e dá outras providências.....	907
Instrução Normativa nº 13, de 9 de outubro de 1997 – Dispõe sobre a concessão de adicional por tempo de serviço aos representantes classistas da Justiça do Trabalho e dá outras providências.....	694	Instrução Normativa nº 34, de 16 de novembro de 2009 – Dispõe sobre a guia a ser utilizada, na Justiça do Trabalho, para o recolhimento do depósito prévio destinado à propositura de ação anulatória de débito fiscal resultante de penalidade administrativa imposta por autoridade do Ministério do Trabalho e Emprego.....	930
Instrução Normativa nº 16, de 3 de setembro de 1999 – Uniformiza a interpretação da Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998, com relação a agravo de instrumento.....	800	Instrução Normativa nº 36, de 14 de novembro de 2012 – Regulamenta, na Justiça do Trabalho, o acolhimento e o levantamento de depósitos judiciais.....	937
Instrução Normativa nº 17, de 17 de dezembro de 1999 – Uniformiza a interpretação da Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998, com relação ao recurso de revista.....	801	Instrução Normativa nº 38, de 10 de novembro de 2015, do TST – Regulamenta o procedimento do Incidente de Julgamento dos Recursos de Revista e de Embargos repetitivos à Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SBDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho repetitivos.....	993
Instrução Normativa nº 18, de 17 de dezembro de 1999 – Dispõe sobre a comprovação do depósito recursal na Justiça do Trabalho.....	801	Instrução Normativa nº 39, de 15 de março de 2016, do TST – Dispõe sobre as normas do Código de Processo Civil de 2015 aplicáveis e inaplicáveis ao Processo do Trabalho, de forma não exaustiva.....	998
Instrução Normativa nº 19, de 27 de abril de 2000 – Aprova normas relativas à inserção de tema na Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.....	801	Instrução Normativa nº 40, de 15 de março de 2016, do Tribunal Superior do Trabalho – TST – Dispõe sobre o cabimento de agravo de instrumento em caso de admissibilidade parcial de recurso de revista no Tribunal Regional do Trabalho e dá outras providências.....	999
Instrução Normativa nº 20, de 7 de novembro de 2002 – Dispõe sobre os procedimentos para o recolhimento de custas e emolumentos devidos à União no âmbito da Justiça do Trabalho.....	810	Instrução Normativa nº 41, de 21 de junho de 2018, do Tribunal Superior do Trabalho – TST – Dispõe sobre a aplicação das normas processuais da Consolidação das Leis do Trabalho alteradas pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.....	1029
Instrução Normativa nº 24, de 9 de outubro de 2003 – Dispõe sobre a faculdade de o Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho designar audiência prévia de conciliação, no caso de pedido de efeito suspensivo a recurso ordinário interposto à decisão normativa da Justiça do Trabalho.....	818		
Instrução Normativa nº 27, de 16 de fevereiro de 2005 – Dispõe sobre normas procedimentais aplicáveis ao processo do trabalho em decorrência da ampliação da competência da Justiça do Trabalho pela Emenda Constitucional nº 45/2004.....	861	LEIS	
Instrução Normativa nº 29, de 4 de agosto de 2005 – Dispõe sobre a prioridade na tramitação dos processos em que é parte pessoa portadora de deficiência.....	861	Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949 – Repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.....	489
Instrução Normativa nº 30, de 13 de setembro de 2007 – Regulamenta, no âmbito da Justiça do Trabalho, a Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de		• Regulamento: Decreto nº 10.854/2021	
		Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950 – Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.....	490
		• Regulamento: Lei 5.584/1970	

Lei nº 1.408, de 9 de agosto de 1951 – Prorroga vencimento de prazos judiciais e dá outras providências	492	Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965 – Institui o cadastro permanente das admissões e dispensas de empregados, estabelece medidas contra o desemprego e de assistência aos desempregados, e dá outras providências.....	508
Lei nº 2.757, de 23 de abril de 1956 – Dispõe sobre a situação dos empregados porteiros, zeladores, faxineiros e serventes de prédios de apartamentos residenciais	492	Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966 – Dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.....	510
Lei nº 2.959, de 17 de novembro de 1956 – Altera o Dec-lei nº 5.452, de 01/05/32 (CLT), e dispõe sobre os contratos por obra ou serviço certo	493	Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970 – Dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências.....	491
Lei nº 3.030, de 19 de dezembro de 1956 – Determina que não poderão exceder a 25% do salário mínimo os descontos por fornecimento de alimentação, quando preparada pelo próprio empregador.....	493	• Lei regulamentada: Lei 1.060/1950	
Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957 – Regula a atividade dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas.....	493	Lei nº 5.725, de 27 de outubro de 1971 – Estabelece a permissão do desconto no salário do empregado de prestações relativas ao financiamento para aquisição de unidade habitacional, no Sistema Financeiro da Habitação	514
Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960 (Excertos) – Cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico e dá outras providências	494	Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (Excertos) – Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências	514
Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961 – Altera o salário mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas.....	496	• Ver também Lei nº 12.690/2012	
Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962 – Institui a gratificação de Natal para os trabalhadores.....	497	Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972 – Dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação de petróleo, industrialização do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados por meio de dutos	517
• Regulamento: Lei nº 4.749/1965 e Decreto nº 10.854/2021		Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973 – Estatui normas reguladoras do trabalho rural	518
Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963 – Institui o salário-família do Trabalhador e dá outras providências	497	• Regulamentada pelo Decreto nº 10.854/2021	
Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Excertos) – Lei do Serviço Militar	498	Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974 – Dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, e dá outras providências.....	519
Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964 – Regula a profissão de corretor de seguros.....	499	Lei nº 6.224, de 14 de julho de 1975 – Regula o exercício da profissão de propagandista e vendedor de produtos farmacêuticos, e dá outras providências.....	522
Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965 – Estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos, e dá outras providências	500	Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976 – Dispõe sobre a dedução, do lucro tributável para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em programas de alimentação do trabalhador	523
Lei nº 4.739, de 15 de julho de 1965 – Dispõe sobre o exercício da profissão de estatístico e dá outras providências	501	• Regulamento: Decreto 10.854/2021.	
Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965 – Dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962	497	Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978 – Dispõe sobre a regulamentação das profissões de artistas e de técnico em espetáculos de diversões, e dá outras providências	524
• Lei regulamentada: Lei nº 4.090/1962		Lei nº 6.586, de 6 de novembro de 1978 – Classifica o comerciante ambulante para fins trabalhistas e previdenciários	526
• Regulamento: Decreto nº 10.854/2021			
Lei nº 4.860, de 26 de novembro de 1965 – Dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados, e dá outras providências	502		
Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965 – Regula as atividades dos representantes comerciais autônomos.....	504		

Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978 – Dispõe sobre a regulamentação da profissão de radialista e dá outras providências.....	527	Lei nº 7.316, de 28 de maio de 1985 – Atribui às entidades sindicais que integram a Confederação Nacional das Profissões Liberais o mesmo poder de representação dos sindicatos representativos das categorias profissionais diferenciadas, nas ações individuais e coletivas de competência da Justiça do Trabalho.....	542
Lei nº 6.696, de 8 de outubro de 1979 – Equipara no tocante à Previdência Social urbana, os ministros de confissão religiosa e os membros de institutos de vida consagrada, congregação ou ordem religiosa aos trabalhadores autônomos e dá outras providências.....	529	Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 – Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.....	542
Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979 (Excertos) – Dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências.....	529	Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985 – Dispõe sobre o Exercício da Profissão de Secretário, e dá outras providências.....	544
Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 – Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.....	530	Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985 – Regula o Exercício da Profissão de Técnico em Radiologia, e dá outras providências.....	545
Lei nº 6.858, de 24 de novembro de 1980 – Dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares.....	534	• Regulamentada pelo Decreto nº 92.790/1986	
• Regulamentada pelo Decreto nº 85.845/1981		Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985 – Dispõe sobre a Especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a Profissão de Técnico de Segurança do Trabalho, e dá outras providências.....	548
Lei nº 6.868, de 3 de dezembro de 1980 – Dispensa a apresentação dos documentos que especifica, e dá outras providências.....	535	• Regulamentada pelo Decreto nº 92.530/1986	
Lei nº 6.919, de 2 de junho de 1981 – Faculta a extensão do regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço a diretores não empregados, e dá outras providências.....	535	Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985 – Institui o vale-transporte e dá outras providências.....	549
Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981 – Dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências.....	536	• Regulamentada pelo Decreto nº 10.854/2021	
• Regulamentada pelo Decreto nº 80.281/77		Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986 – Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências.....	550
Lei nº 7.002, de 14 de junho de 1982 – Autoriza a implantação de jornada noturna especial nos portos organizados, e dá outras providências.....	537	• Regulamento: Decreto-lei 8.778/1946 e Decreto 94.406/1987	
Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982 – Dispõe sobre a situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior.....	537	Lei nº 7.627, de 10 de novembro de 1987 – Dispõe sobre a eliminação de autos findos nos órgãos da Justiça do Trabalho e dá outras providências.....	554
• Regulamentada pelo Decreto nº 10.854/2021		Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987 – Dispõe sobre a regulamentação da atividade de mãe social e dá outras providências.....	555
Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983 (Excertos) – Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.....	539	Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988 – Dispõe sobre a especialização de Turmas dos Tribunais do Trabalho em processos coletivos e dá outras providências.....	556
Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 – Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.....	541	Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 – Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.....	558
Lei nº 7.238, de 29 de outubro de 1984 – Correção automática de salários.....	541	Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989 – Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.....	559
Lei nº 7.290, de 19 de dezembro de 1984 – Define a atividade do Transportador Rodoviário Autônomo de Bens e dá outras providências.....	542	Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 – Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria	

Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.....	560	Lei nº 8.632, de 4 de março de 1993 – Concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais punidos por motivação política	643
• Regulamentada pelo Decreto nº 3.298/1999		Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993 – Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências	648
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 – Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.....	566	Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Excertos) – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências	651
Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990 – Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.....	570	Lei nº 8.678, de 13 de julho de 1993 – Dispõe sobre a concessão de benefício no pagamento da modalidade de saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), prevista no art. 20, inciso VIII, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências	651
Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990 – Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.....	571	Lei nº 8.716, de 11 de outubro de 1993 – Dispõe sobre a garantia do salário mínimo e dá outras providências	651
Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 – Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências	572	Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993 – Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências	655
• Regulamentada pelos Decretos nº 99.684/90 e nº 5.113/2004		Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994 – Dispõe sobre a fiscalização, apuração e cobrança judicial das contribuições e multas devidas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	658
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Excertos) – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências	592	Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994 – Dispõe sobre a aplicação dos arts. 37, incisos XI e XII, e 39, § 1º, da Constituição Federal, e dá outras providências	658
Lei nº 8.073, de 30 de julho de 1990 – Estabelece a Política Nacional de Salários e dá outras providências	593	Lei nº 8.856, de 1º de março de 1994 – Fixa a jornada de trabalho dos profissionais fisioterapeuta e terapeuta ocupacional	660
Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991 – Estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências.....	593	Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Excertos) – Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).....	660
Lei nº 8.178, de 1º de março de 1991 (Excertos) – Estabelece regras sobre preços e salários, e dá outras providências.....	597	Lei nº 8.984, de 7 de fevereiro de 1995 – Estende a competência da Justiça do Trabalho (art. 114 da Constituição Federal)	663
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 – Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências	599	Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995 – Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências	663
Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 – Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.....	618	Lei nº 9.093, de 12 de setembro de 1995 – Dispõe sobre feriados.....	663
Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991 – Dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dá outras providências	640	Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 – Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.....	664
Lei nº 8.406, de 9 de janeiro de 1992 – Dispõe sobre a publicação de informações relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social e pela Caixa Econômica Federal	642		
Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992 – Dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público e dá outras providências	642		
Lei nº 8.542, de 23 de dezembro de 1992 – Dispõe sobre a política nacional de salários.....	643		

Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 – Dispõe sobre a arbitragem	682	balho portuário, institui multas pela inobservância de seus preceitos, e dá outras providências	714
Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 – Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências	689	Lei nº 9.800, de 26 de maio de 1999 – Permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais	799
Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997 – Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, antes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei nº 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências	692	Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999 – Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme especifica	800
Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997 – Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências	693	Lei nº 9.962, de 22 de fevereiro de 2000 – Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências	801
Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Excertos) – Estabelece normas para as eleições	694	Lei nº 9.983, de 14 de julho de 2000 – Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências	802
Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997 – Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do <i>habeas data</i>	695	Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000 – Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências	803
Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998 – Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências	696	Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001 – Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências	805
Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 – Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências	697	Lei nº 10.220, de 11 de abril de 2001 – Institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o a atleta profissional	806
Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998 – Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências	697	Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001 – Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências	807
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Excertos) – Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências	699	Lei nº 10.555, de 13 de novembro de 2002 – Autoriza condições especiais para o crédito de valores iguais ou inferiores a R\$ 100,00, de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, e dá outras providências	815
Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998 – Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências	709	Lei nº 10.556, de 13 de novembro de 2002 – Dispõe sobre a inclusão dos cargos que especifica no Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, altera as Leis nº 10.486, de 4 de julho de 2002, e 5.662, de 21 de junho de 1971, e dá outras providências	816
Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998 – Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física	710	Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Excertos) – Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências	816
Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998 – Dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, e dá outras providências	713	Lei nº 10.770, de 21 de novembro de 2003 (Excertos) – Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho nas Regiões da Justiça do Trabalho, define jurisdições e dá outras providências	819
Lei nº 9.719, de 27 de novembro de 1998 – Dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao tra-		Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003 – Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal	819

• Regulamentada pelo Decreto nº 8.424/2015

Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003 – Altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo	823	8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências	902
Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003 – Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências • Regulamentada pelo Decreto nº 4.840/2003	823	Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008 – Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.....	908
Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Excerptos) – Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.....	828	Lei nº 11.685, de 2 de junho de 2008 – Institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências	909
Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 – Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.....	828	Lei nº 11.699, de 13 de junho de 2008 – Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967.....	920
Lei nº 11.324, de 19 de julho de 2006 – Altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.859, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivo da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949	862	Lei nº 11.760, de 31 de julho de 2008 – Dispõe sobre o exercício da profissão de Oceanógrafo.....	921
Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Excertos) – Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.....	862	Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008 – Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991	921
Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006 – Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências	863	• Regulamentada pelo Decreto nº 10.854/2021	
Lei nº 11.417, de 19 de dezembro de 2006 – Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências	898	Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.....	922
Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006 – Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.....	899	Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008 – Regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal – TSB e de Auxiliar em Saúde Bucal – ASB	924
Lei nº 11.476, de 29 de maio de 2007 – Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Enólogo e Técnico em Enologia	901	Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009 – Dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil e dá outras providências	925
Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007 – Institui o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, altera a Lei nº		Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009 – Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, “mototaxista”, em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e “motoboy”, com o uso de motocicleta, altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre regras de segurança dos serviços de transporte remunerado de mercadorias em motocicletas e motonetas – moto-frete –, estabelece regras gerais para a regulação deste serviço e dá outras providências	926
		Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009 – Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.....	927

Lei nº 12.023, de 27 de agosto de 2009 – Dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso.....	929	CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943	514
Lei nº 12.198, de 14 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre o exercício da profissão de Repentista.....	930	Lei nº 12.790, de 14 de março de 2013 – Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de comerciante.....	939
Lei nº 12.278, de 30 de junho de 2010 – Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS – destinados à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria-Geral Federal.....	930	Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013 – Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis nos 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis nos 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis nºs 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências.....	939
Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Excertos) – Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.....	931	Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.....	948
Lei nº 12.302, de 2 de agosto de 2010 – Regulamenta o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.....	932	Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 – Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil.....	952
Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 – Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.....	933	Lei nº 12.984, de 2 de junho de 2014 – Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de Aids	956
Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011 – Altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências	934	Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014 – Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.....	956
Lei nº 12.436, de 6 de julho de 2011 – Veda o emprego de práticas que estimulem o aumento de velocidade por motociclistas profissionais	935	Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015 – Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 11.442, de 5 de janeiro de 2007 (empresas e transportadores autônomos de carga), para disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; altera a Lei 7.408, de 25 de novembro de 1985; revoga dispositivos da Lei 12.619, de 30 de abril de 2012; e dá outras providências	959
Lei nº 12.467, de 26 de agosto de 2011 – Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Sommelier.....	935	• Regulamentada pelo Decreto nº 8.433/2015	
Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011 – Regulamenta a profissão de taxista; altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências.....	935	Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015 – Altera as Leis 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal, e 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social.....	
Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011 – Dispõe sobre o aviso prévio e dá outras providências.....	936		
Lei nº 12.591, de 18 de janeiro de 2012 – Reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício.....	936		
Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012 – Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador	936		
Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012 – Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho –			

cia Social; revoga dispositivos da Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e as Leis 7.859, de 25 de outubro de 1989, e 8.900, de 30 de junho de 1994; e dá outras providências.....	969	
Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015 – Altera as Leis 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.876, de 2 de junho de 2004, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e 10.666, de 8 de maio de 2003, e dá outras providências.....	969	
Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 – Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei 9.469, de 10 de julho de 1997.....	969	
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Excertos) – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).....	973	
Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015 – Dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o período de 2016 a 2019.....	986	
Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015 – Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas pela União, cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT; dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais; cria a Loteria Exclusiva - LOTEEX; altera as Leis n.º 9.615, de 24 de março de 1998, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.671, de 15 de maio de 2003, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e os Decretos-Leis n.º 3.688, de 3 de outubro de 1941, e 204, de 27 de fevereiro de 1967; revoga a Medida Provisória nº 669, de 26 de fevereiro de 2015; cria programa de iniciação esportiva escolar; e dá outras providências.....	986	
Lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015 – Institui o Programa Seguro-Emprego – PSE.....	995	
Lei nº 13.271, de 15 de abril de 2016 – Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.....	997	
Lei nº 13.352, de 27 de outubro de 2016 – Altera a Lei nº 12.592, de 18 de janeiro 2012, para dispor sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador e pessoas jurídicas registradas como salão de beleza.....	1006	
Lei nº 13.363, de 25 de novembro de 2016 – Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estipular direitos e garantias para a advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz e para o advogado que se tornar pai.....		1007
Lei nº 13.419, de 13 de março de 2017 – Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio, entre empregados, da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.....		1009
Lei nº 13.420, de 13 de março de 2017 – Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incentivar a formação técnico-profissional de adolescentes e jovens em áreas relacionadas à gestão e prática de atividades desportivas e à prestação de serviços relacionados à infraestrutura, à organização e à promoção de eventos esportivos e dá outras providências.....		1009
Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017 – Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.....		1017
Lei nº 13.432, de 11 de abril de 2017 – Dispõe sobre o exercício da profissão de detetive particular.....		1018
Lei nº 13.475, de 28 de agosto de 2017 – Dispõe sobre o exercício da profissão de tripulante de aeronave, denominado aeronauta; e revoga a Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984.....		1019
Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (Sine), criado pelo Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975.....		1027
Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).....		1030
Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 – Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nos 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.....		1063
Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 – Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional.....		

decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.....	1084	tário específico; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).....	1198
Lei nº 13.985, de 7 de abril de 2020 – Institui pensão especial destinada a crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	1089	Lei nº 14.437, de 15 de agosto de 2022 – Autoriza o Poder Executivo federal a dispor sobre a adoção, por empregados e empregadores, de medidas trabalhistas alternativas e sobre o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, para enfrentamento das consequências sociais e econômicas de estado de calamidade pública em âmbito nacional ou em âmbito estadual, distrital ou municipal reconhecido pelo Poder Executivo federal.....	1271
Lei nº 14.010, de 10 de junho de 2020 – Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19)	1089	Lei nº 14.438, de 24 de agosto de 2022 – Institui o Programa de Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores (SIM Digital); promove alterações na gestão e nos procedimentos de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.636, de 20 de março de 2018, e 14.118, de 12 de janeiro de 2021; e revoga dispositivo da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.....	1278
Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020 – Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências.....	1090	Lei nº 14.442, de 2 de setembro de 2022 – Dispõe sobre o pagamento de auxílio-alimentação ao empregado e altera a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.....	1282
Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020 – Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências.....	1096	Lei nº 14.457, de 21 de setembro de 2022 – Institui o Programa Emprega + Mulheres; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 11.770, de 9 de setembro de 2008, 13.999, de 18 de maio de 2020, e 12.513, de 26 de outubro de 2011.....	1291
Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020 – Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; altera as Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências.....	1097	Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 – Institui a Lei Geral do Esporte.....	1296
Lei nº 14.047, de 24 de agosto de 2020 – Dispõe sobre medidas temporárias para enfrentamento da pandemia da Covid-19 no âmbito do setor portuário, sobre a cessão de pátios da administração pública e sobre o custeio das despesas com serviços de estacionamento para a permanência de aeronaves de empresas nacionais de transporte aéreo regular de passageiros em pátios da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); e altera as Leis nºs 9.719, de 27 de novembro de 1998, 7.783, de 28 de junho de 1989, 12.815, de 5 de junho de 2013, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e 10.233, de 5 de junho de 2001.....	1100	Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 (Excertos) – Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nºs 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 13.334, de 13 de setembro de 2016, 12.897, de 18 de dezembro de 2013, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 9.069, de 29 de junho de 1995, e 10.668, de 14 de maio de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 13.844, de 18 de junho de 2019, 13.901, de 11 de novembro de 2019, 14.261, de 16 de dezembro de 2021, e as Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, e 14.074, de 14 de outubro de 2020.....	1320
Lei nº 14.075, de 22 de outubro de 2020 – Dispõe sobre a conta do tipo poupança social digital; e altera as Leis nos 13.982, de 2 de abril de 2020, e 14.058, de 17 de setembro de 2020.....	1104	Lei nº 14.663, de 28 de agosto de 2023 – Define o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2023; estabelece a política de valorização per-	
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.....	1112		
Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021 – Institui a Sociedade Anônima do Futebol e dispõe sobre normas de constituição, governança, controle e transparência, meios de financiamento da atividade futebolística, tratamento dos passivos das entidades de práticas desportivas e regime tribu-			

manente do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024; e altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995

1322

LEIS COMPLEMENTARES

Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970 – Institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências.....

512

Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970 – Institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, e dá outras providências.....

513

Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975 – Altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).....

522

Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 (Excertos) – Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União

645

Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000 – Autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22

802

Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001 – Institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências.....

807

• Regulamentada pelo Decreto nº 3.914/2001

Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 – Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999

868

Lei Complementar nº 146, de 25 de junho de 2014 – Estende a estabilidade provisória prevista na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.....

957

Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015 – Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da

Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências

964

Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016 – Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nos 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991

1005

PORTARIAS

Portaria Interministerial nº 9, de 13 de outubro de 2021 – Altera o valor mínimo da bolsa assegurada aos médicos residentes e aos residentes em área profissional da saúde.....

948

Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 – Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho.....

1203

PORTARIA CONJUNTA

Portaria Conjunta SEPRT/RFB nº 71, de 29 de junho de 2021 – Dispõe sobre o cronograma de implantação do Sistema Simplificado de Escrituração Digital de Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial). (Processo nº 19964.107809/2021-34)

1196

PROVIMENTO

Provimento nº 204/2021-CFOAB – Regulamenta a forma de comprovação da prestação de serviços advocatícios por advogados e sociedades de advogados

1195

RESOLUÇÕES

Resolução Administrativa nº 1.276, de 22 de novembro de 2007 – Dispõe sobre a criação, composição e competência do Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, e sobre a competência do Tribunal Pleno

906

Resolução Administrativa nº 1.340, de 1º de junho de 2009 – Referenda ato da Presidência que autoriza o Presidente do Tribunal a decidir, monocraticamente, os agravos de instrumento em recurso de revista e os recursos de revista pendentes de distribuição, nas hipóteses que especifica.....

926

Resolução Administrativa nº 1.418, de 30 de agosto de 2010 – Regulamenta o processamento do Agravo de Instrumento interposto de despacho que negar seguimento a recurso de competência do Tribunal Superior do Trabalho.....	933	Resolução Administrativa nº 1.889, de 17 de abril de 2017, do Tribunal Superior do Trabalho – TST – Referenda o ATO TST.GP. Nº 101, de 9 de março de 2017, praticado pela Presidência do Tribunal, altera a Resolução Administrativa nº 1860, de 28/11/2016, que regulamenta o julgamento em ambiente eletrônico, por meio do Plenário Virtual, em todos os órgãos judicantes do Tribunal Superior do Trabalho – TST	1018
Resolução nº 1, de 20 de fevereiro de 2015 do Comitê Gestor do eSOCIAL – Dispõe sobre o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial)	957	Resolução Administrativa nº 2.048, de 17 de dezembro de 2018 – Altera as Instruções Normativas nºs 3, 20, 31 e 36 e revoga as Instruções Normativas nºs 15 e 26.....	1061
Resolução nº 525, de 29 de abril de 2015 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN – Dispõe sobre a fiscalização do tempo de direção do motorista profissional de que trata os artigos 67-A, 67-C e 67-E, incluídos no Código de Trânsito Brasileiro – CTB, pela Lei 13.103, de 02 de março de 2015, e dá outras providências.....	961	Resolução CSJT nº 247, de 25 de outubro de 2019 – Institui, no âmbito da Justiça do Trabalho, o Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária – Sistema AJ/JT, destinado ao cadastro e ao gerenciamento de peritos, órgãos técnicos ou científicos, tradutores e intérpretes e ao pagamento desses profissionais nas situações em que prestarem a assistência à custa do orçamento da União, e dá outras providências....	1071
Resolução nº 2, de 21 de julho de 2015 – CPPE – Estabelece regras e procedimentos para a adesão e o funcionamento do Programa de Proteção ao Emprego – PPE	985	Resolução CNJ nº 345, de 9 de outubro de 2020 – Dispõe sobre o “Juízo 100% Digital” e dá outras providências	1102
Resolução nº 235, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ – Dispõe sobre a padronização de procedimentos administrativos decorrentes de julgamentos de repercussão geral, de casos repetitivos e de incidente de assunção de competência previstos na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), no Superior Tribunal de Justiça, no Tribunal Superior Eleitoral, no Tribunal Superior do Trabalho, no Superior Tribunal Militar, nos Tribunais Regionais Federais, nos Tribunais Regionais do Trabalho e nos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências.....	1000	Resolução CNJ nº 354, de 19 de novembro de 2020 – Dispõe sobre o cumprimento digital de ato processual e de ordem judicial e dá outras providências	1105
Resolução nº 174, de 30 de setembro de 2016, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT – Dispõe sobre a política judiciária nacional de tratamento adequado das disputas de interesses no âmbito do Poder Judiciário Trabalhista e dá outras providências	1002	Resolução CSJT nº 288, de 19 de março de 2021 – Dispõe sobre a estruturação e os procedimentos dos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho – CEJUSCJT, altera a Resolução CSJT nº 174/2016 e dá outras providências.....	1107
Resolução Administrativa nº 1.860, de 28 de novembro de 2016, do Tribunal Superior do Trabalho – TST – Regulamenta o julgamento em ambiente eletrônico, por meio do Plenário Virtual, em todos os órgãos judicantes do Tribunal Superior do Trabalho – TST	1007	Resolução CODEFAT nº 957, de 21 de setembro de 2022 – Dispõe sobre normas relativas à concessão, processamento e pagamento do benefício do Programa do Seguro-Desemprego, nos termos da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, do §1º do art. 26 da Lei Complementar nº 150, de 1 de junho de 2015 e da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003.....	1282
Resolução nº 185, de 24 de março de 2017, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT – Dispõe sobre a padronização do uso, governança, infraestrutura e gestão do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) instalado na Justiça do Trabalho e dá outras providências	1009	Resolução CNJ nº 481, de 22 de novembro de 2022 – Revoga as Resoluções vigentes à época da pandemia do Coronavírus e altera as Resoluções CNJ n. 227/2016, 343/2020, 345/2020, 354/2020 e 465/2022	1295
		Resolução CNJ nº 508, de 22 de junho de 2023 – Dispõe sobre a instalação de Pontos de Inclusão Digital (PID) pelo Poder Judiciário.....	1321

ÍNDICE CRONOLÓGICO DA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR – CONSULTA RÁPIDA

ATOS

491/2014	957
1/2019	1069
414/2023	1322

DECRETOS

80.281/1977	537
85.845/1981	534
92.530/1986	548
92.790/1986	546
94.406/1987	553
99.684/1990	584
1.480/1995	663
2.067/1996	686
3.048/1999	715
3.298/1999	563
3.914/2001	809
4.552/2002	811
4.840/2003	826
5.113/2004	591
6.481/2008	910
8.424/2015	820
8.426/2015	958
8.433/2015	961
8.989/2017	1008
9.499/2018	1042
9.579/2018	1044

10.088/2019	1075
10.671/2021	1150
10.854/2021	1256

DECRETO-LEI

8.778/1946	552
368/1968	511
691/1969	511
779/1969	512

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

3/1993	643
8/1996	681
10/1997	690
12/1997	690
13/1997	694
16/1999	800
17/1999	801
18/1999	801
19/2000	801
20/2002	810
24/2003	818
27/2005	861
29/2005	861
30/2007	902
31/2007	905
32/2007	907

34/2009	930	6.858/1980	534
36/2012	937	6.868/1980	535
38/2015	993	6.919/1981	535
39/2016	998	6.932/1981	536
40/2016	999	7.002/1982	537
41/2018	1029	7.064/1982	537
		7.102/1983	539
		7.115/1983	541
		7.238/1984	541
		7.290/1984	542
		7.316/1985	542
		7.347/1985	542
		7.377/1985	544
		7.394/1985	545
		7.410/1985	548
		7.418/1985	549
		7.498/1986	550
		7.627/1987	554
		7.644/1987	555
		7.701/1988	556
		7.716/1989	558
		7.783/1989	559
		7.853/1989	560
		7.998/1990	566
		8.009/1990	570
		8.019/1990	571
		8.036/1990	572
		8.069/1990	592
		8.073/1990	593
		8.177/1991	593
		8.178/1991	597
		8.212/1991	599
		8.213/1991	618
		8.352/1991	640
		8.406/1992	642
		8.437/1992	642
		8.542/1992	643
		8.632/1993	643
		8.662/1993	648
		8.666/1993	651
		8.678/1993	651
		8.716/1993	651
605/1949	489		
1.060/1950	490		
1.408/1951	492		
2.757/1956	492		
2.959/1956	493		
3.030/1956	493		
3.207/1957	493		
3.857/1960	494		
3.999/1961	496		
4.090/1962	497		
4.266/1963	497		
4.375/1964	498		
4.594/1964	499		
4.725/1965	500		
4.739/1965	501		
4.749/1965	497		
4.860/1965	502		
4.886/1965	504		
4.923/1965	508		
4.950-A/1966	510		
5.584/1970	491		
5.725/1971	514		
5.764/1971	514		
5.811/1972	517		
5.889/1973	518		
6.019/1974	519		
6.224/1975	522		
6.321/1976	523		
6.533/1978	524		
6.586/1978	526		
6.615/1978	527		
6.696/1979	529		
6.708/1979	529		
6.830/1980	530		

LEIS

8.745/1993	655	11.350/2006	863
8.844/1994	658	11.417/2006	898
8.852/1994	658	11.419/2006	899
8.856/1994	660	11.476/2007	901
8.906/1994	660	11.491/2007	902
8.984/1995	663	11.648/2008	908
9.029/1995	663	11.685/2008	909
9.093/1995	663	11.699/2008	920
9.279/1996	664	11.760/2008	921
9.307/1996	682	11.770/2008	921
9.424/1996	689	11.788/2008	922
9.469/1997	692	11.889/2008	924
9.494/1997	693	11.901/2009	925
9.504/1997	694	12.009/2009	926
9.507/1997	695	12.016/2009	927
9.601/1998	696	12.023/2009	929
9.608/1998	697	12.198/2010	930
9.609/1998	697	12.278/2010	930
9.615/1998	699	12.288/2010	931
9.674/1998	709	12.302/2010	932
9.696/1998	710	12.319/2010	933
9.715/1998	713	12.395/2011	934
9.719/1998	714	12.436/2011	935
9.800/1999	799	12.467/2011	935
9.867/1999	800	12.468/2011	935
9.962/2000	801	12.506/2011	936
9.983/2000	802	12.591/2012	936
10.101/2000	803	12.592/2012	936
10.192/2001	805	12.690/2012	514
10.220/2001	806	12.790/2013	939
10.224/2001	807	12.815/2013	939
10.555/2002	815	12.846/2013	948
10.556/2002	816	12.965/2014	952
10.741/2003	816	12.984/2014	956
10.770/2003	819	12.990/2014	956
10.779/2003	819	13.103/2015	959
10.803/2003	823	13.134/2015	969
10.820/2003	823	13.135/2015	969
10.833/2003	828	13.140/2015	969
11.101/2005	828	13.146/2015	973
11.324/2006	862	13.152/2015	986
11.340/2006	862	13.155/2015	986

13.189/2015	995	123/2006	868
13.271/2016	997	146/2014	957
13.352/2016	1006	150/2015	964
13.363/2016	1007	155/2016	1005
13.419/2017	1009		
13.420/2017	1009	PORTARIAS	
13.429/2017	1017	9/2021	948
13.432/2017	1018	671/2021	1203
13.475/2017	1019		
13.667/2018	1027	PORTARIA CONJUNTA	
13.709/2018	1030	71/2021	1196
13.874/2019	1063		
13.979/2020	1084	PROVIMENTO	
13.985/2020	1089	204/2021-CFOAB.....	1195
14.010/2020	1089		
14.020/2020	1090	RESOLUÇÕES	
14.038/2020	1096	1.276/2007	906
14.043/2020	1097	1.340/2009	926
14.047/2020	1100	1.418/2010	933
14.075/2020	1104	1/2015.....	957
14.133/2021	1112	525/2015	961
14.193/2021	1198	2/2015.....	985
14.437/2022	1271	235/2016	1000
14.438/2022	1278	174/2016	1002
14.442/2022	1282	1.860/2016	1007
14.457/2022	1291	185/2017	1009
14.597/2023	1296	1.889/2017	1018
14.600/2023	1320	2.048/2018	1061
14.663/2023	1322	247/2019	1071
		345/2020	1102
		354/2020	1105
		288/2021	1107
		957/2022	1282
		481/2022	1295
		508/2023	1321
LEIS COMPLEMENTARES		REGIMENTO INTERNO DO TST	
7/1970.....	512	Resolução Administrativa 1.937/2017	1325
8/1970.....	513		
26/1975	522		
75/1993	645		
103/2000	802		
110/2001	807		